

---

## O VECTOR DIPLOMÁTICO DA DEFESA

---

Conferência inaugural proferida pelo Embaixador Gregório de Faria na Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 1994/95, no IDN em Lisboa, em 24 de Novembro de 1994.

*Gregório de Faria*

---

## O VECTOR DIPLOMÁTICO DA DEFESA

---

*«A Diplomacia sem Armas é como Música sem Instrumentos.»*

*Frederico, o Grande.*

Todas as instituições humanas estão sujeitas à evolução e à erosão dos tempos. Naturalmente, a Diplomacia e a Defesa não escapam a essa regra. Ainda nos finais dos anos 50 Raymond Aron, no seu livro «Paix et Guerre entre les Nations», afirmava que só o Diplomata e o soldado podem agir como verdadeiros representantes das colectividades a que pertencem, já que o primeiro no exercício das suas funções é a Unidade Política, em nome de quem fala, e, por outro lado, só o soldado no campo de batalha encarna a mesma Unidade Política em cujo nome pode dar a morte a um seu semelhante. E acrescentava com igual solenidade: o Embaixador e o Soldado vivem e simbolizam as relações interestaduais porque só eles comportam a essência da guerra e da paz.

A realidade é que a diplomacia, na acepção mais exacta do termo, isto é, de agente ou instrumento da política definida pelos órgãos de soberania, tem vindo a perder alguns dos atributos da sua representatividade, tradicionalmente extraordinária e plenipotenciária. Ficou-lhe hoje a possibilidade de exercer uma certa persuasão em relação ao Poder de que depende, se o seu julgamento for tido por seguro; pode ainda ser um informador diferente dos meios de comunicação que, por natureza, estão mais voltados para a publicidade e a grande difusão; mas de primordialmente política e táctica que era, a Diplomacia evoluiu para funções mais técnicas. A mundialização dos problemas, a especialização e a divisão de trabalho, conduziram a que uma parte da sua acção se desenrole em reuniões no seio de organizações internacionais de natureza intergovernamental.

Indiscutível me parece, contudo — e não é pouco —, que é ainda através dela que se pode dar unidade, credibilidade e continuidade a todas as relações de um Estado com o estrangeiro.

E talvez valha a pena, para ajudar a manter o moral dos que envolveram pela vida diplomática, acrescentar uma observação feita por Salazar quando disse que: «as grandes nações podem dispensar-se, talvez, de grandes diplomatas. Mas são os grandes diplomatas que fazem grandes, algumas vezes, as nações pequenas.»

Quanto ao Soldado, o seu papel está também em mutação, sobretudo se tivermos em conta os tipos de acção na prevenção e manutenção da Paz para que é solicitado, especialmente depois do fim da guerra fria.

As componentes desta nova dimensão podem encontrar as suas raízes longe, por exemplo, em certos tipos de campanhas de colonização dos séculos XIX e nas guerras e guerrilhas que depois da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial conduziram às descolonizações. Dag Hammarskjöld, então Secretário-Geral das Nações Unidas, a propósito das operações de manutenção da paz daquela organização, no início da década de sessenta, caracterizava, com agudo sentido de observação, «a manutenção da paz como uma função que não era de soldados mas que só soldados podem desempenhar». Hoje, a seguir a tendência em curso, estaremos a entrar em plena era do soldado-diplomata.

Mas seria um erro acreditar, desde já, que a diplomacia pode exercer-se completamente desligada do poder da força, do mesmo modo que a força, sem um enquadramento diplomático, se arrisca a perder a noção de direcção e de objectivo.

O que acontece é que, nestes tempos de interdependência, a distinção entre diplomacia, política de segurança e política de defesa aparece cada vez menos nítida, e mais complexa, porque cada vez mais sobrepostas ou entrosadas em acções comuns, para conter conflitos e tentar controlar a instabilidade das novas realidades.

Caminhamos — ou regressamos — para domínios que podem ficar aquém ou para lá do preciso conceito de operações militares, e, paralelamente, regista-se que a distinção entre política interna e política internacional vai mudando de natureza. Certos tabus caem por obsoletos e um deles é o da inviolabilidade das fronteiras. A sacrossanta regra, herdada da paz de Westfália, da não ingerência nos assuntos internos dos Estados é hoje

posta em causa em nome do dever — outros chamam-lhe direito — da intervenção humanitária.

Tudo isto, porém, servido por instrumentos de acção notoriamente insuficientes para responder às ambições visadas e contra um pano de fundo de mudanças que não são lineares.

A primeira precaução a ter, neste contexto, seria, pois, a de não esquecer que a necessidade de sólidas alianças e sólidas defesas não perdeu actualidade. A dissuasão tem ainda um papel muito importante. Para só falar da Europa, potenciais ameaças não desapareceram completamente tanto a Leste como a Sul.

A segunda precaução que teria, na sequência da anterior, mas de sentido oposto, seria a de apontar a evidência de o clássico remédio da dissuasão não poder responder a todos os problemas de segurança que hoje enfrentamos.

Daí que alguns académicos tenham, a este propósito, tentado fazer a distinção entre dois tipos de acções militares. As primeiras chamaram «guerras de interesses», em relação às quais um Estado não poderia deixar de estar envolvido directamente (hoje menos previsíveis); as segundas designaram-nas «guerras de consciência», onde a hipótese de nada fazer é possível, mas essa escolha tem de ser confrontada e avaliada em relação às eventuais repercussões das instabilidades que delas podem decorrer, se não se lhes quiser pôr cobro.

De toda a evidência a distinção não pode ser absoluta porque, muitas vezes, os interesses concretos e os imperativos de consciência não podem ser separados. As diligências para combinar nas mesmas acções o vector diplomático e as exigências da segurança alargada podem, simultaneamente, implicar o envolvimento militar para assegurar a própria protecção e, ao mesmo tempo, para responder a imperativos humanitários, ou vice-versa.

Quer dizer, acaba por reconhecer-se que mesmo as sociedades estabilizadas não podem concentrar-se exclusivamente na sua estrita segurança, dados os riscos de serem afectadas profundamente pela violência que ronda às suas portas. Há que estar permanentemente atento para apreciar se os interesses nacionais obrigam ao empenhamento externo ou se permitem ficar de fora.

É perante estas situações multifacetadas que desejaria fazer algumas reflexões, começando por tentar caracterizar as dificuldades da gestão dos

novos tipos de crises; depois os esforços para renovar o sistema de segurança internacional, com particular incidência na Europa, e, por fim, abordar rapidamente as adaptações daí decorrentes para os instrumentos militares nacionais.

### *AS DIFICULDADES DE GESTÃO DOS NOVOS TIPOS DE CRISE*

É já uma imagem gasta dizer que desapareceu a simplicidade do mundo bipolar. É uma constatação de todos os dias. Tratava-se de uma simplicidade dispendiosa e nem sequer tão segura como talvez exageradamente tendemos agora a considerá-la. Mas o fosso existente entre o Leste e o Oeste, servido pelos arsenais nucleares, não permitia alterações de fundo que pusessem em causa a ordem de então. Na ausência de grandes guerras militares desenrolavam-se outros combates noutros domínios. Gradualmente apareceram Estados militarmente fracos mas cada vez mais importantes pela sua capacidade económica, de tal forma que, caída a Cortina de Ferro, demo-nos conta que um dos desafios graves do nosso tempo vai ser o de controlar e gerir rivalidades internacionais entre potências económicas, potências predominantemente militares e, ainda, outros muitos actores da cena internacional até aqui aparentemente apagados e que vão emergir com o enfraquecimento da dimensão militar e das soluções a ela associadas.

Os conflitos regionais vão ganhar uma nova autonomia e vai-se esfumando o optimismo que queria acreditar que iríamos beneficiar, ao mesmo tempo, das vantagens da multipolaridade e da estabilidade da passada ordem.

Olhando noutra direcção regista-se que os desníveis entre países ricos e países pobres vêm agravar a imprevisibilidade da situação. Já não estamos na clássica dicotomia Norte-Sul que, de resto, sempre teve qualquer coisa de artificial, na medida em que o Sul nunca revelou entre si sinais suficientes da solidariedade que lhe dessem a consistência de uma frente capaz de abrir brechas sérias entre os dois blocos rivais do Norte.

Admite-se agora que será talvez à volta da distribuição da demografia mundial que novas linhas divisórias de tensões possam aparecer.

Acresce que o desaparecimento do comunismo não vai provavelmente pôr termo às divisões ideológicas. Os fundamentalismos não são

completamente estranhos às tensões económicas e sociais que estão subjacentes ao factor ideológico propriamente dito, mesmo se estes não têm a força e o carácter monolítico e previsível do comunismo.

Mas não são apenas as causas económicas, demográficas e ideológicas que contam. Na Europa, e não só, reemergem sinais de tensões étnicas, de conflitos de fronteiras e riscos de proliferação de armas de destruição maciça e de catástrofes ecológicas.

Os desafios são comparáveis e, porventura, superiores aos que foi preciso enfrentar em 1815, em 1919 e nos anos que se seguiram a 1945. Não é uma nova ordem internacional que surgiu mas riscos de novas desordens que vão ter que se enfrentar.

Mesmo os Estados Unidos, hoje única superpotência, não revelam apetência e vontade para agir como poder imperial e dominador ou, mesmo, meramente policial. A percepção dos seus próprios interesses leva-os frequentemente a absterem-se de usar dos meios de que dispõem. E esta incerteza quanto às ultimas intenções dos Estados Unidos não é estabilizadora. Mas, por outro lado, a existência de uma clara doutrina intervencionista americana poderia também abrir a porta a muitas arbitrariedades. Poderá, pois, dizer-se que uma certa flutuação dos EUA, nesta fase, também pode ter o seu lado positivo. Em suma, a única certeza, como anota Kissinger (no seu novo livro, «The Diplomacy»), é que no novo mundo que emerge, pela primeira vez, os Estados Unidos não podem nem retirar-se dele nem dominá-lo.

No que foi o ex-império soviético tudo é ainda provisório e volátil, e é, portanto, prematura tentar tirar conclusões precipitadas.

Se olharmos para trás, para os últimos cinco anos, poderá dizer-se, porém, que nem tudo correu mal, tendo em conta a magnitude das revoluções geopolíticas em curso. Apesar de certas sequelas da guerra do Golfo, e do que está a passar-se na Jugoslávia, no Cáucaso e no Ruanda, para apenas citar três exemplos, o Ocidente e a Europa têm vindo a gerir com alguma sorte a grande revolução de 1989/1990.

Evoluções importantes desenrolaram-se sem excesso de dramas. A Alemanha unificou-se dentro da NATO e da Comunidade Europeia. A Aliança Atlântica, embora desprovida de inimigo, tem procurado rápida e activamente adaptar-se para responder a novos desafios. A União Europeia vem dinamizando os seus objectivos para continuar um pólo de estabili-

dade de acrescida integração da parte ocidental da Europa. Ao mesmo tempo vai firmando os mecanismos de acolhimento para as novas democracias do Centro e do Leste europeu.

Na África do Sul evitou-se o pior e espera-se, finalmente, ver alguma paz na Irlanda e no Médio Oriente.

Consequentemente pode ter-se o justificado sentimento de que a ONU e o conjunto NATO/CEE e uma CSCE que está a institucionalizar-se progressivamente têm vindo a prevenir derrapagens incontroláveis. Talvez possa ser uma visão excessivamente optimista. Mas que outras alternativas melhores se nos oferecem?

Começou por tentar conservar e adaptar os instrumentos de segurança que já prestaram as suas provas e que ainda podem ajudar a gerir os novos condicionalismos, sem prejuízo de, paralelamente, se buscar para as próximas décadas um quadro conceptual de acção mais actualizado e, esperemos também, mais eficaz. A intensificação de esforços para renovar o sistema de segurança colectivo tem de ser vista nesta perspectiva. O actual Secretário-Geral das Nações Unidas, no seu livro «Uma Agenda para a Paz», desenvolveu largamente este tema.

Idealmente conviria dispor já de mecanismos supranacionais de análise e informação, habilitados a agir imediatamente através de missões de inquérito e da utilização preventiva de observadores e monitores; poder exercer pressões, designadamente através de sanções ou pela colocação de tropas no terreno. Seria ainda necessário que as organizações internacionais pudessem proceder a uma racional divisão de trabalho e dispor de meios para integrar os esforços políticos, humanitários e civis e para tornar os bloqueamentos que existam quanto ao seu próprio funcionamento interno e nas relações recíprocas; importaria, finalmente, dispor de mandatos políticos, permitindo, inclusivamente, reagir num estágio precoce das tensões, quando há sinais de que as partes estão dispostas a atingir os seus objectivos pela força em conflitos que se desencadeiam, mais frequentemente, dentro das fronteiras desses estados do que através de guerras interestaduais propriamente ditas.

Na ausência de instrumentos jurídicos e institucionais, que configurem um efectivo sistema centralizado de prevenção de conflitos, o que se verifica é que as soluções caso a caso vão continuar, acompanhadas certamente

pelos esforços para estimular a acção da ONU, da CSCE, da NATO, da UEO e da própria União Europeia, por via do Pacto de Estabilidade recentemente estabelecido.

### *A RENOVAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA COLECTIVA*

Enunciadas as linhas muito gerais do problema, cabe agora uma palavra sobre o que de mais inovador está a ser feito pelas instâncias que acabei de citar. Primeiro as Nações Unidas.

A ONU é, na verdade, o único fórum capaz de enquadrar uma transição global como a que vivemos. Talvez por isso, também, comece já a sentir-se vergada pelo peso das suas novas responsabilidades. Basta recordar que durante todos os 50 anos do período de guerra fria apenas autorizou ou participou em 13 operações de manutenção da paz. Recentemente a ONU já se envolveu em mais de vinte e os apelos multiplicam-se quando se sabe que a Organização não dispõe de mecanismos para desenvolver acções militares propriamente ditas.

Tem-se-lhe pedido tudo: o apoio ao estabelecimento de governos democráticos, a assistência à realização de eleições, a protecção dos direitos humanos, a regulamentação do crescimento das populações, a contenção da proliferação nuclear e de degradação do ambiente, o combate à droga, a intervenção nos domínios da educação, ciência e cultura, a solução dos conflitos étnicos. E a lista está longe de esgotada.

A ONU aparece, assim, como o último árbitro possível para toda esta série de complexos problemas, e se são excessivas as esperanças nela depositadas talvez tenha de moderar as suas ambições limitando-se a intervenções estritamente humanitárias e à manutenção clássica da paz, quer dizer, quando os protagonistas estão sinceramente prontos a cooperar.

Não será por acaso que começa a repetir-se a situação de as grandes operações e as de maiores riscos serem conduzidas directamente pelas grandes potências e pelos respectivos exércitos nacionais. Não creio que essa seja a preferência das instâncias dirigentes do Secretariado Geral da ONU, mas o realismo manda reconhecer que ela é e continuará a ser o que os Estados quiserem que seja e não o que deseja o Secretário-Geral.

[Não deixa de ser, pois, curioso anotar os critérios restritivos em que se apoia a Administração democrática dos Estados Unidos relativamente a



intervenções da ONU e que o Presidente americano Clinton enunciou no seu discurso perante a Assembleia Geral, em Setembro de 1993. São eles:

- primeiro: existir uma real ameaça à paz; segundo: que os objectivos a prosseguir sejam claros; terceiro: que o termo de cada operação seja previsto e fixado desde o seu início; e quarto: que os custos da operação sejam também prefixados.]

Mas há ideias novas no ar que interessa acompanhar. Uma delas refere-se à criação de equipas, particularmente para o continente africano, através da possível criação de centros regionais para apoiar os governos que queiram contribuir para os capacetes azuis, de maneira a canalizar fundos para treino das forças africanas de paz e armazenar equipamento para os exércitos pobres dos países africanos. Equipas móveis poderiam depois ajudar na manutenção daquele equipamento. Está aqui uma pista que pode vir a interessar o nosso país.

Outra hipótese ventilada é a de pôr à disposição das Nações Unidas, e sob seu directo controlo, uma força permanente de intervenção rápida para tantar ultrapassar o casuismo actual e o vazio que se sente entre o aparecimento das crises e a deslocação efectiva para o terreno das forças postas à disposição da Organização pelos governos nacionais. A ideia começou por suscitar desconfiança e levanta efectivamente problemas jurídicos, financeiros e logísticos apreciáveis, mas não é de excluir que venha a chegar-se a uma plataforma de entendimento.

Também a sugestão de reforçar os quadros de «monitores» parece ter alguma potencialidade dada a modéstia dos seus custos comparada com os benefícios que podem trazer para ajudar a negociar cessar-fogos locais, fazer arranjos para a troca de prisioneiros e para ajudar a esbater crises e, em geral, actuar onde a presença das Nações Unidas só é admitida esporadicamente ou quando simplesmente não existem governos ou a autoridade efectiva destes está muito limitada.

O sucesso destas e de outras iniciativas passa, contudo, por algumas urgentes reformas institucionais, a começar pelo próprio Conselho de Segurança, que reflecte ainda a situação política de 1945 e não a do final da década em que estamos.

Quanto à Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE) o seu maior atractivo reside no facto de a sua composição ser a mais europeia

de todas as actuais organizações de segurança, sem que signifique que seja tida pela única e superior instância de legitimidade na Europa.

Passado um certo cepticismo inicial, tem vindo a ganhar adeptos que desejam para ela um papel cada vez mais central na procura de uma nova segurança europeia. A própria NATO admite ter no futuro papéis de manutenção de paz sob a sua égide, se para tal for solicitada.

Importa reconhecer os progressos efectuados, pois de conferência inter-governamental clássica vai evoluindo para uma organização permanente. Dotou-se de um Secretariado que não existia; seguiu-se a criação de um Centro de prevenção de crises para elaboração de medidas de confiança para as crises regionais, estabelecido em Viena; um outro Centro para o acompanhamento de eleições, em Varsóvia, e a protecção dos direitos das minorias nacionais foi entregue a um Alto Comissariado. Caminha ainda para ter uma capacidade operacional no controlo da proliferação de armamentos, no desarmamento em geral e na elaboração de códigos de conduta.

A NATO, por seu lado, permanece, em primeiro lugar e acima de tudo, uma Aliança militar e um instrumento de dissuasão. A sua importância é portanto diferente. Sem ela, isto é, sem a presença americana na Europa, dificilmente se manterá o equilíbrio face a uma Rússia que continua a ser uma potência militar de grande dimensão, qualquer que seja a sua futura evolução.

Só ela é ainda capaz de gerar interações e garantir condições para um diálogo global de segurança na Europa e enquadrar e travar qualquer eventual tendência para políticas nacionalistas no centro do Continente.

Além disso, a franja sul da Europa alberga numerosos conflitos potenciais, como a crise do Golfo demonstrou, e as capacidades da Aliança podem ainda ser, neste particular, um elemento estabilizador e de moderação.

Por outro lado é ainda a sua estrutura militar que permite manter os bons hábitos de convivência militar das 16 nações que a integram. Esses hábitos são, sem dúvida, o melhor antídoto para combater tentações de renacionalização de políticas de defesa.

A adaptação da NATO às mudanças em curso processou-se através da criação do Conselho do Atlântico Norte para a Cooperação (NACC), criado na Cimeira de Roma, em 1991, e a Parceria para a Paz (PPF), estabelecida há quase um ano, na Cimeira de Bruxelas. Ambos são formas novas de

relacionamento com os antigos adversários do Leste, não só no diálogo político alargado mas também nos aspectos concretos militares da planificação, exercícios, doutrinas, de forma a aproximar mentalidades e práticas que facilitem no futuro o possível alargamento da organização.

Quanto à UEO (União da Europa Ocidental) esta encontra-se em processo acelerado de crescimento e com a perspectiva de uma grande multiplicidade de papéis potenciais simultaneamente como pilar europeu da Aliança e como componente de defesa da União Europeia.

É já também parceiro activo dos países da Europa Central e do Báltico, procurando facilitar a progressão destes para modalidades mais próximas das normas ocidentais nas áreas de segurança e defesa. Não se trata de duplicar ou competir com a NATO, mas de dar um acesso àqueles países dentro do processo de integração europeu, de tal forma que possam assumir responsabilidades novas e ter uma voz mais audível no processo decisório.

Além disso, como nenhum país europeu tem recursos para desbaratar, muito menos no sector da defesa, procura-se, através da UEO, reforçar a posição europeia dentro da NATO e todos os Aliados, a começar evidentemente pelos americanos, entenderam que esta vida é correcta.

Por isso se estão a desenvolver entre a NATO e a UEO as chamadas CJTF (forças combinadas e conjuntas), como forma de permitir à UEO actuar autonomamente sem enfraquecer a NATO [através da utilização de forças militares não separáveis, isto é, que preservam o controlo final da NATO, mas em operações separadas, executadas só pela UEO com meios logísticos e operacionais cedidos voluntariamente pela Aliança].

Caminha-se, deste modo, para opções pragmáticas que na presente fase são indispensáveis para acomodar diferentes posições e interesses. Assim o Eurocorpo, com sede em Estrasburgo, e que engloba forças terrestres alemãs, francesas, belgas e, futuramente, espanholas, e contribuições de natureza diferente por parte do Luxemburgo; a força anfíbia anglo/holandesa, no mar do Norte, e a Força Temporária franco-italo-espanhola do Mediterrâneo. Há apenas dias, ingleses e franceses decidiram em Chartres pôr em comum «meios aéreos» de cada um dos países.

São estas forças que permitem já várias combinações da capacidade militar da NATO e da UEO, consoante as circunstâncias e as necessidades.

Finalmente, na União Europeia, o Pacto de Estabilidade prevê, no âmbito do Tratado de Maastricht, a celebração de acordos de boa vizinhança para resolver problemas de fronteiras ou o tratamento de minorias, incluindo, se necessário, ajustamentos menores de fronteiras [que seriam depois consagrados num Pacto Final a estabelecer entre todas as partes contratantes].

As preocupações do Pacto de Estabilidade revelam como é sensível o facto de, depois da queda do muro de Berlim, a Europa ter deixado de estar dividida mas estar ainda longe de reunificada.

Pressentem-se novas tensões e receiam-se novas linhas de confrontação. Por isso uma atenção particular é exigida para gerir a transição de países da Europa Central, criar novos laços de segurança com a Rússia e impedir que venha a recriar-se o antigo espaço soviético. Se não teme-se uma instabilidade do Leste que acabe por ganhar o Ocidente do nosso Continente.

É evidente que nem tudo está resolvido ou clarificado entre a NATO, a UEO e a UE e entre cada uma delas nas respectivas relações com a CSCE e a ONU.

A guerra na ex-Jugoslávia veio, por outro lado, demonstrar como é difícil gerir uma crise quando se está numa fase adiantada do conflito. Demonstrou ainda que a relação a estabelecer, entre meios disponíveis e fins visados para combater situações deste género, ainda não foi satisfatoriamente resolvida.

As intervenções da ONU na Bósnia e na Croácia revelam ainda que a questão se escapou dos quadros europeus para se transferir para as Nações Unidas. Pela primeira vez, na sua história, a ONU foi chamada a intervir numa crise grave na Europa Ocidental, num momento em que os próprios europeus parecem querer aceder, por via da União Europeia, a um estatuto do actor com capacidade de decisão exactamente em matéria de segurança e defesa.

Do mesmo passo, a instrumentalização da NATO e da UEO pelas Nações Unidas pode tender a transformar juridicamente aqueles pactos de defesa europeia em meras organizações regionais. Ou seja, fica no ar a dúvida sobre se o envolvimento da ONU na segurança europeia é um acidente de percurso ou se estamos em face de uma tendência inelutável.

Tudo isto para concluir que está ainda longe o fim do processo de maturação sobre a utilização de forças militares na prevenção das crises

e, em geral, no que genericamente se chama manutenção da paz. Não está apurado nem o seu impacto na unicidade das cadeias de comando existentes nem esclarecida completamente a ligação entre autoridades políticas mandatórias da operação de manutenção da paz e as autoridades militares a quem é cometida a missão de lhes dar seguimento.

É que o contrário dos planos de guerra global, as operações de manutenção da paz exigem um controlo político mais permanente e sistemático das operações militares. Em resumo, custa a encontrar o justo equilíbrio da componente diplomática dentro da Defesa.

É preciso reconhecer ainda e sobretudo que a imposição de soluções exteriores não resolverá todos os problemas. Pelo contrário, as intervenções podem mesmo agravar e prolongar os conflitos, já que nenhuma força exterior pode impor a uma qualquer sociedade aquilo que, no fim de contas, é da exclusiva responsabilidade desta. Quanto muito favorece passagens estabilizações e uma muito transitória segurança.

É mesmo provável que a chave da futura segurança europeia não esteja nas garantias formais e de segurança que poderiam resultar dos alargamentos da NATO e da UEO, que começam a tomar forma; porque as potenciais fontes de conflito são principalmente de natureza económica e política e terão de ser abordadas nesta perspectiva.

E a realidade aponta, ainda, que não é linear a evolução para sistemas democráticos e de economia de mercado dos países que viveram os últimos 45 anos sob a égide de sistemas política e economicamente centralizados. As vitórias de vários partidos não completamente divorciados do comunismo na Roménia, Polónia, Lituânia, Hungria e Eslováquia prefiguram novas possíveis tensões e vão ainda dar matéria para futuras reflexões.

Não é o PFP ou a NATO, a CSCE ou qualquer outra instituição ocidental que lhes vai garantir a paz e a boa vizinhança no Centro e Leste Europeu. É preciso vontade de resistir aos velhos demónios, porque muitos dos potenciais conflitos étnicos e nacionalistas não são na realidade conflitos nacionais.

Demonstram antes a fraqueza da tradição nacional propriamente dita.

Uma nação é muito mais que uma etnia. É também a adesão política a um projecto comum, a uma comunidade com aspectos complexos, em suma, é uma realidade viva sedimentada pelo que Renan chamou a prova do plebiscito de todos os dias.

## AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS INSTRUMENTOS NACIONAIS MILITARES DE DEFESA

Não creio que possa haver enganos. As políticas das Organizações internacionais a que tenho vindo a referir-me terão sempre de assentar no esforço de cada país para manter um nível nacional compatível com os objectivos que cada um deseja para aquelas instituições.

Além disso, em matéria de defesa o intergovernamental não tem para já alternativa e, mesmo a nível europeu, nenhum governo está ainda disposto a delegar decisões substanciais nestas matérias. Urge é aprofundar e consolidar os consensos nos *fora* em que nos inserimos.

É nessa lógica que todos os países e especialmente os europeus vão ser solicitados a dar acrescidas contribuições para diversas modalidades de intervenções externas, já que todos fazemos parte de um mundo onde o processo de globalização parece irreversivelmente em curso.

Cada país será desta maneira naturalmente levado a tomar também consciência de que a sua verdadeira personalidade só se assume plenamente como parte integrante da comunidade mais ampla em que se insere.

Se é pacífica a ideia de que, em última análise, é em função do internacional que o nacional se afirma, seria, então, destruir a própria expressão nacional não reforçar a sua própria imagem para além das fronteiras. Os meios necessários para o fazer ficam, de resto, aquém do efeito multiplicador que a utilização avisada daqueles recursos pode permitir.

No nosso país a articulação das diversas políticas nacionais de defesa, para as ajustar à evolução, está também em marcha, e as mutações indispensáveis apontam, igualmente, para novas estruturas adaptadas aos novos desafios.

E a opção não é difícil de equacionar: de um lado, manter o que herdou do passado e que se destinava a travar uma ameaça principal à soberania nacional; do outro lado, encarar evoluir para meios de intervenção mais ligeiros, multidisciplinares, verdadeiramente interarmas, capazes de estar alerta e de se projectarem rapidamente fora do território nacional no quadro de intervenções não estritamente militares mas inseridas numa visão mais global de política externa e da defesa.

Como preparar as novas combinações e encontrar compromissos razoáveis entre estas duas modalidades? É evidente que a resposta completa não pode chegar dentro de dias. Mas talvez não possa esperar anos.

Há concerteza equilíbrios a estabelecer entre vantagens e inconvenientes, entre possibilidades e limitações. Há inércias nuns casos e activas resistências noutros. Sentimos ainda o peso da periferia e de uma meia insularidade que, naturalmente, nos inclina para a expectativa e para o afastamento. Mas Portugal sempre soube estar atento às dependências e interdependências da vida internacional, mesmo quando aquelas não eram imediatamente perceptíveis. Assim pôde, ao longo dos séculos, controlar o seu alcance.

As acções político-militares são hoje, apesar de obstáculos que suscitam legítima reserva, uma forma clara que o País tem ao seu alcance para consolidar a sua irradiação no exterior.

Cabe-nos, em primeiro lugar e antes de mais, estar preparados. Depois, e só depois, estaremos em condições de poder apreciar da oportunidade e vantagem de nos envolvermos. Mas esta já não é matéria do foro diplomático. Voltamos de novo à Política e com ela ao termo da minha tarefa aqui.

De resto, só como prova de muita benevolência posso interpretar esta generosa oportunidade de dar uma achega para ajudar a colocar estas questões no seu contexto. Venha o Instituto da Defesa Nacional a criar um curso especial sobre este complexo e vasto tema e desde já apresento a minha candidatura a atento ouvinte, desejoso e necessitado de mais aprender.

*Gregório de Faria*